

CÂMARA TÉCNICA DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS TRASFRONTEIRIÇOS
CTGRHT

Minuta ATA DA 60ª REUNIÃO

Data: 07 de maio de 2013

Local: Sala de Vidro, localizada no bloco “L”, na Agência Nacional de Águas – ANA

REPRESENTANTES:

Ministério do Meio Ambiente- SRHU: Adriana Lustosa da Costa

(adriana.lustosa@mma.gov.br);

Ministério do Meio Ambiente - ANA: Valdemar Santos Guimarães (valdemar@ana.gov.br);

Ministério dos Transportes: Alexandre Vaz Sampaio

(alexandre.v.sampaio@transportes.gov.br);

Ministério das Relações Exteriores: Paulino Franco de Carvalho Neto

(paulino.carvalho@itamaraty.gov.br);

Ministério da Integração Nacional: ausente;

Ministério da Defesa: Paulo Renato Pimentel Nogueira (nogueira@ema.mar.mil.br);

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação: ausente;

Ministério das Minas e Energia: Vania Maria Ferreira (vania.ferreira@mme.gov.br);

Concessionárias e Autorizadas de Geração de Energia Hidrelétrica: José Vicente Miranda

Rescigno (jvicente@tble.com.br);

Prestadores de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário:
ausente;

Concessionárias e Autorizadas de Geração de Energia Hidrelétrica: Gilney de Oliveira
Vilarim (vilarim@furnas.com.br);

Irrigantes: Ana Cecília de Freitas Pires Pereira (anacecilia@famasul.com.br);

Pescadores e Usuários de Água para Lazer e Turismo: ausente;

Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrograficas: Karla Leal
Cozza (karla.cozza@corsan.com.br);

Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrograficas: Fabrício Cesar
Gomes (eng_fabriciocg@hotmail.com);

Organizações Técnicas: Fabiana da Silva Figueiró (fabiana.figueiro@soutocorrea.com.br);

Organizações de Ensino e Pesquisa: Synara Olendzki Broch (synara.broch@gmail.com);

Organizações Não Governamentais: Daniel Rubens Cenci (danielr@unijui.edu.br);

Organizações Não Governamentais: João Clímaco Soares de Mendonça Filho
(fonascbbh@yahoo.com.br).

DEMAIS PRESENTES:

Luiz Amore (luiz.amore@ana.gov.br);

Mauri Pereira (mauri.pereira@terra.com.br);

Larissa M. L. Costa (larissa.costa@itamaraty.gov.br);

Carlos Hugo Suarez Sampaio (hugo.suarez@mma.gov.br);

Andrea Germano (andrea.germano@cprm.gov.br);

Jorge Thierry Calasans (thierry@ana.gov.br);

Ana Cecília Vianna Perroni (anaperroni@terra.com.br);

Angelo José Rodrigues Lima (angelo@wwf.org.br);

Emiko Kawakami de Resende (emiko.resende@embrapa.br);

Isadora Carvalho de Oliveira (isadora.oliveira@mma.gov.br);

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

O dia 06 e a manhã do dia 07 de maio foram dedicados às atividades da *Oficina de Trabalho “Gestão de Recursos Hídricos em Áreas de Fronteira”*. Item 1 – Abertura da reunião: O presidente da Câmara Técnica de Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços - CTGRHT, **Ministro Paulino Franco de Carvalho Neto**, abriu a 60ª reunião com uma rodada de apresentações. Em seguida, procedeu à leitura da pauta perguntou se haveria alguma solicitação de alteração. Não havendo manifestação dos membros, solicitou a inclusão do sétimo item – *Eleição de novo Presidente* na pauta. Dessa forma, a apresentação da Dra. Emiko tornou-se o item 8 e o item 9 seria dedicado aos informes, sugestão acatada pelos presentes. Item 2 – Aprovação da pauta da 59ª Reunião: O **Ministro Paulino de Carvalho Neto** indicou alterações de forma, aceitas pelos membros da CTGRHT. A **Sra. Vânia Maria Ferreira** e o **Sr. João Clímaco Soares De Mendonça** solicitaram a inclusão de manifestações. Feitas as correções, a ata da 60ª Reunião da CTGRHT foi aprovada. Item 4: Avaliação pelos membros do GT Diretrizes sobre a Oficina de Trabalho “Gestão de Recursos Hídricos em Áreas de Fronteira”: O presidente da câmara pediu às **Sras. Adriana Lustosa** e **Larissa Costa** que fizessem breve relato do evento e afirmou que também concederia a palavra para manifestações dos demais participantes do encontro. A **Sra. Adriana Lustosa** teceu comentários sobre a concepção da Oficina de Trabalho e sua metodologia. Mencionou as mesas sobre marco legal e institucional com a participação do Ministério das Relações Exteriores, Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Recursos Hídricos, Agência Nacional de Águas, e a explanação do Sr. Fernando Caminatti, consultor contratado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência, com a finalidade de desenvolver estudos a respeito dessa temática. Concluiu afirmando ter sido positiva a oportunidade de ouvir experiências e iniciativas relacionadas à gestão em áreas de fronteira, tanto do Governo Federal quanto as iniciativas locais e considerou proveitoso o trabalho dos grupos formados para verificar a necessidade de estabelecer diretrizes e orientações gerais para a gestão transfronteiriça dos recursos hídricos, tanto em termos de implementação dos instrumentos, como para criação de comitês específicos. A **Sra. Larissa Costa** acrescentou, como encaminhamento, que o GT deveria avaliar se já estaria apto a elaborar uma proposta de moção ou resolução para avaliação da Câmara Técnica ou se seria necessário mais tempo. Lembrou que foi mencionada a possibilidade de realização de outro encontro para desdobrar os resultados do primeiro. Por fim, afirmou que os resultados da Oficina estão alinhados com relatório anterior do GT-Diretrizes, que foi apresentado e se encontra disponível no site do CNRH como documento da 56ª reunião da CTGRHT, portanto haveria material suficiente para prosseguir com os trabalhos. O **Sr. João Clímaco Soares De Mendonça** ressaltou a importância do evento realizado e sugeriu que os membros do GT procurem se dedicar às demandas que serão identificadas no relatório, bem como nas apresentações da Oficina, para a elaboração de moções sobre tais casos. Completou sua manifestação sugerindo que a Agência Nacional de Águas informe ao CNRH, através da CTGRHT, todas as demandas que chegam dos Estados e da sociedade civil relacionadas à gestão de rios transfronteiriços. O **Ministro Paulino de Carvalho Neto** agradeceu a intervenção e informou aos presentes que a publicação da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência *“Recursos hídricos fronteiriços e transfronteiriços do Brasil – água e desenvolvimento sustentável”*, que servirá de referência para trabalhos futuros, estava disponível para os que não receberam um exemplar durante a Oficina. A **Sra. Ana Cecília Vianna Perroni** fez questionamento quanto ao relatório GT mencionado anteriormente. A **Sra. Larissa Costa** respondeu com um breve histórico do GT-Diretrizes, cujas atividades resultaram em relatório que apresenta recomendações para a elaboração de diretrizes, das quais surgiu uma proposta metodológica que gerou a criação de um Grupo de Trabalho e está sendo coordenado pela Sra. Adriana Lustosa. Informou ainda que todo o material se encontra na página do CNRH na internet. O **Ministro Paulino de Carvalho Neto** destacou que a decisão quanto ao encaminhamento é coletiva e deve considerar as prioridades da câmara, portanto seria interessante esperar formalmente a apresentação de um relatório por parte do GT-Diretrizes antes

101 de deliberar a respeito. Questionou se algum dos presentes teria comentários sobre a Oficina ou o
102 encaminhamento proposto. A **Sra. Adriana Lustosa** comunicou que o áudio do evento será
103 gravado e sintetizado em documento a ser apresentado ao grupo de trabalho na próxima
104 reunião. O presidente da câmara solicitou que o relatório fosse encaminhando aos membros da
105 CTGRHT antes de sua apresentação e a **Sra. Synara Broch** sugeriu que o produto fosse
106 encaminhado também às outras Câmaras Técnicas, tendo em vista que a CTGRHT aborda um
107 tema transversal. O **Sr. Carlos Hugo Suarez Sampaio** salientou que o GT-Diretrizes teria duas
108 atividades até a próxima reunião: produzir um relatório conclusivo e buscar encaminhamentos
109 práticos para a atuação da CTGRHT. Citou como exemplos de encaminhamentos o envolvimento
110 de outras Câmaras Técnicas caso se decida discutir questões de outorga para áreas de fronteira e
111 a indicação da possibilidade de se começar a trabalhar em uma resolução. Encerradas as
112 discussões sobre a Oficina de Trabalho, o **Ministro Paulino de Carvalho Neto** passou ao [Item 5](#)
113 [– Continuação das discussões sobre eventual Grupo de Trabalho sobre o Rio Madeira](#): Foi
114 solicitado ao **Sr. Alexandre Vaz Sampaio** que resumisse as discussões sobre o tema até o
115 momento e os possíveis encaminhamentos, de forma que os membros da câmara decidam quanto
116 ao estabelecimento de grupo de trabalho. O **Sr. Alexandre Vaz Sampaio** informou ao presidente
117 da CTGRHT que foi elaborado termo de referencia, mas que não teve oportunidade de se reunir
118 com a ANA e o Ministério de Minas e Energia, conforme havia sido acordado em reunião
119 anterior. No entanto, afirmou ter encaminhado à ANA, na semana anterior, a proposta de termo
120 de referência para troca de informações e posterior contato com o MME. Em seguida adiantou
121 aos presentes que houve mudança da temática em relação à primeira versão do termo,
122 apresentando agora três grandes objetivos: a) a proposta de criação do Comitê de Bacia
123 Hidrográfica do rio Madeira; b) a avaliação de informações sobre o compartilhamento de dados
124 hidrometeorológicos entre o Peru, a Bolívia e o Brasil; c) a avaliação do corredor do rio Madeira
125 como eixo de integração e desenvolvimento econômico. No tocante a eventos críticos nas
126 nascentes do rio Madeira, existe a necessidade de discussão com a ANA. Segundo ele, os três
127 pontos estão de acordo com os programas de recursos hídricos já colocados pelo CNRH até
128 2015. Concluiu propondo que o texto seja divulgado através da Secretaria Executiva para que o
129 debate seja retomado na próxima reunião da CTGRHT. O **Sr. Valdemar Santos Guimarães**
130 comentou o documento recebido pela ANA, salientando algumas questões sobre a bacia do rio
131 Madeira: em reuniões no Itamaraty sobre a atuação da Agência na bacia do rio Madeira, em
132 especial nas relações com a Bolívia, foi colocado que deve haver cautela na tratativa de outros
133 assuntos além dos que já estão em andamento. Com relação ao intercâmbio de informações, o
134 Peru e a Bolívia começaram a disponibilizar seus dados, sendo possível acessar pela internet
135 dados de chuva em tempo real no caso da Bolívia. Já os peruanos disponibilizam as previsões
136 para a bacia do rio Amazonas. O **Sr. João Clímaco Soares De Mendonça** manifestou a
137 preocupação da sociedade civil quanto à garantia do princípio dos usos múltiplos no reservatório
138 localizado naquela bacia hidrográfica, sendo a questão do impacto na Bolívia uma das variáveis.
139 Ressaltou que o assunto já vem sendo discutido há um ano pela CTGRHT e sugere que, por
140 tratar-se de empreendimento de grande impacto econômico seja discutido também pela Câmara
141 Técnica que trata da outorga de uso da água. O **Sr. José Vicente Miranda Rescigno** solicitou
142 que se refletisse quanto aos objetivos mencionados, uma vez que tem dúvidas com relação à
143 competência da CTGRHT sobre a questão do compartilhamento de dados e do corredor do rio
144 Madeira. **Sr. João Clímaco Soares de Mendonça** afirmou que a Câmara Técnica é uma
145 instância que subsidia o Conselho, portanto questionar sua competência seria questionar a
146 competência do CNRH na decisão sobre os usos múltiplos de um rio federal transfronteiriço.
147 Não havendo mais observações dos presentes, o **Ministro Paulino Franco De Carvalho Neto**
148 sugeriu que a reunião entre os representantes dos Ministérios dos Transportes, de Minas e
149 Energia e de Relações Exteriores, bem como da Agência Nacional de Águas ocorra de forma a
150 unificar a posição do Poder Executivo, e que após apresentem uma proposta para deliberação da

151 CTGHRT. O **Sr. Alexandre Vaz Sampaio** informou que aguardará a reunião para depois
152 encaminhar os resultados aos membros da Câmara. O presidente passou ao próximo ponto da
153 pauta, [Item 6 – Relato dos trabalhos do GT conjunto CTAS/CTGRHT – Propostas de Moções e](#)
154 [Resoluções](#): O **Sr. Luiz Amore**, que participa do grupo de trabalho conjunto, que relatou a última
155 reunião, na qual foram discutidos os encaminhamentos dados no âmbito do Ministério de
156 Relações Exteriores com relação ao Acordo sobre o Aquífero Guarani. Explicou que o Acordo
157 vai para o Parlamento Brasileiro e pode ter desdobramentos distintos do esperado e que o plano
158 estratégico de ação dará as diretrizes a serem instrumentalizadas para fornecer ao CNRH as
159 orientações necessárias à implementação dos instrumentos e arranjos institucionais contidos no
160 Plano Estratégicos do Aquífero Guarani. Com relação a isso foi elaborada minuta de resolução
161 apresentada aos membros do GT que ainda será consolidada. A CTGRHT poderia propor reunião
162 conjunta para apreciação da proposta. A **Sra. Larissa M. L. Costa** solicitou à relatora da
163 CTGRHT que consulte a CTAS quanto à possibilidade de realização de reunião conjunta no dia
164 25 de junho. A **Sra. Synara Olendzki Broch** sugeriu que, para facilitar a convergência das
165 agendas das câmaras, a reunião conjunta poderia ocorrer durante o Simpósio Nacional de
166 Recursos Hídricos, em novembro em Bento Gonçalves. O presidente da CTGRHT afirmou ser
167 necessário aguardar a conclusão dos trabalhos pelo GT antes de fixar a data da reunião conjunta,
168 pois os membros da CTAS deverão ser consultados pela Secretaria Executiva. A reunião
169 prosseguiu com o [Item 7 – Eleição de Presidente](#): trata-se de inclusão em pauta do Ministro
170 Paulino Franco de Carvalho Neto, que mencionou sua reeleição em reunião anterior. O
171 presidente da câmara informou que deixaria suas atuais funções, inclusive as representações em
172 colegiados pelo Itamaraty, a partir de junho e que, portanto, seria designada outra pessoa para
173 substituí-lo no CNRH. Por fim, solicitou que os interessados em presidir a câmara se
174 manifestassem e que fossem iniciadas as discussões quanto à sua sucessão. O **Sr. Jorge Thierry**
175 **Calasans** sugeriu que a eleição fosse adiada, uma vez que na próxima reunião o novo
176 representante do MRE estaria presente, independentemente de outras candidaturas, e ressaltou a
177 importância da permanência da tradicional representação do Itamaraty na presidência da
178 CTGRHT. O atual presidente da CTGRHT informou que, conforme já havia esclarecido,
179 possivelmente não estará presente na próxima reunião da Câmara e sugeriu que se escolhesse um
180 interino até a reunião seguinte. Segundo a **Sra. Synara Olendzki Broch**, seria possível a
181 condução do processo eleitoral na próxima reunião pela Secretaria de Recursos Hídricos, assim a
182 eleição poderia ser realizada como primeiro item de pauta. O **Sr. João Clímaco Soares de**
183 **Mendonça** considerou pertinentes os argumentos dos **Srs. Jorge Thierry Calasans** e **Synara**
184 **Broch** quanto à permanência do Ministério das Relações Exteriores na presidência e declarou ter
185 sido positiva a atuação do atual presidente à frente da CTGRHT. Sendo assim, com a
186 concordância dos demais membros da câmara, a eleição foi adiada para a próxima reunião da
187 CTGRHT e será o primeiro item da pauta. [Item 8 – Apresentação “Impactos ambientais e](#)
188 [socioeconômicos na bacia do Rio Taquari-Pantanal](#)”: Foi chamada a proferir apresentação sobre
189 o tema a **Doutora Emiko Kawakami**, pesquisadora e chefe-geral da Embrapa Pantanal, que
190 compareceu à reunião a convite da FAMASUL. Iniciou sua explanação com um histórico da
191 questão, no qual mencionou Grupo de Trabalho Interministerial formado para avaliar a situação
192 do Rio Taquari e propor soluções, que está parado desde 2005. Recentemente foram noticiadas
193 diversas denúncias no Mato Grosso do Sul, com atuação do Ministério Público, devido ao
194 bloqueio de avulsões (popularmente chamadas de “arrombados”) por fazendeiros e consequente
195 redução das populações de peixes. A seguir, abordou a questão da dragagem no Pantanal, que
196 embora seja polêmica muitas vezes faz-se necessária para a manutenção dos rios e suas vazões, e
197 caracterizou a referida bacia hidrográfica. Salientou que os maiores índices de desmatamento na
198 sua porção mais alta entre 84 e 94, quando houve ocupação desordenada, resultando em erosões
199 com perda de pastagens e assoreamento dos corpos de água. No rio Taquari, cuja velocidade da
200 água é menor, ocorre a deposição dos sedimentos erodidos, originando enormes ilhas em seu

201 leito. Na época de chuvas, principalmente, ocorre o “arrombamento” das margens, permitindo a
202 passagem da água e alagando permanentemente as planícies situadas nas áreas adjacentes. A **Sra.**
203 **Emiko Kawakami** explicou que, além das perdas econômicas referentes à pecuária, houve
204 comprometimento de matas e extinção de espécies endêmicas devido aos alagamentos. Também
205 argumentou que acredita-se que haverá grande quantidade de peixes nesses alagados, no entanto
206 isso não é observado na prática, portanto o fechamento dos avulsões não teria relação com a
207 redução da pesca na região, mas sim as alterações hidrodinâmicas observadas nas últimas
208 décadas e seus impactos sobre a cadeia alimentar. Em seguida mostrou dados de parceria
209 realizada entre a Embrapa e a Polícia Ambiental do Mato Grosso do Sul, no qual é realizado
210 anualmente o controle da pesca através de coleta e captura. Assim, demonstrou que as zonas
211 alagadas são “desertos aquáticos”, sem peixes e sem possibilidade de aproveitamento pecuário.
212 Por fim, apresentou as possíveis soluções pesquisadas pela Embrapa: a) conservação do solo e da
213 água na área de planalto; e b) recuperação do curso de inundação na planície. Mostrou imagens
214 de áreas degradadas e comparou com as que foram manejadas experimentalmente conforme
215 técnicas de conservação recomendadas pela Embrapa para ilustrar a primeira situação e destacou
216 como metodologia aplicável ao segundo caso a dragagem do rio em pontos estratégicos, de
217 forma a água retorne ao leito no período de seca, restaurando os padrões de inundação anteriores
218 à erosão e assoreamento. A palestrante concluiu afirmando que todas essas propostas foram
219 encaminhadas para o Grupo Interministerial citado no início da exposição, no entanto o único
220 resultado apresentado por ele foi um documento que permanece incompleto até hoje. Após a
221 apresentação, o **Ministro Paulino Franco De Carvalho Neto** pediu o encaminhamento da
222 apresentação ao Departamento de Revitalização de Bacias Hidrográficas do MMA e ao MAPA.
223 A **Sra. Ana Cecília Pereira** perguntou aos membros da câmara se haveria algum
224 encaminhamento possível no âmbito da CTGRHT sobre a questão apresentada, principalmente
225 no que se refere ao trabalho inconclusivo do Grupo Interministerial. O presidente manifestou-se
226 alegando não ter conhecimento do que poderia ser feito, além de sua sugestão de envio do estudo
227 ao MAPA e ao MMA para que se envolvam com a questão. A **Sra. Emiko Kawakami** sugere
228 que a CTGRHT elabore uma moção para apresentar ao Plenário do CNRH, recomendando que
229 se atentem ao problema. O **Sr. João Clímaco Soares de Mendonça** manifestou-se afirmando
230 que é de competência do CNRH posicionar-se sobre o tema e sugeriu que seja redigida uma
231 moção pela CTGRHT. O **Sr. Luiz Amore** sugeriu que se encaminhe um ofício e a apresentação
232 da Dra. Emiko ao Secretário Executivo da SRHU assinado pelo presidente da CTGRHT, de
233 forma que o assunto seja encaminhado à CTPNRH, por julgar ser afeta ao tema. O **Sr.**
234 **Alexandre Vaz Sampaio**, como representante do Ministério dos Transportes, afirmou que
235 levaria a questão ao setor competente e ressaltou que o MT já realiza a dragagem na bacia
236 hidrográfica do rio Paraguai e afirmou que levará a questão ao setor competente. O **Sr. Carlos**
237 **Hugo Suarez** entende que um Conselheiro, ou a própria Embrapa, deveria apresentar a demanda
238 ao CNRH, acompanhada de Nota Técnica. Ressaltou a importância de um pedido mais formal e
239 técnico. Após mais algumas manifestações e comentários por parte da palestrante e da **Sra. Ana**
240 **Cecília Pereira**, o presidente afirmou que encaminhará ofício à SRHU. [Item 9 – Assuntos gerais](#)
241 [e encerramento](#): Antes do término da reunião foi retomada a consulta aos membros sobre a
242 realização de reunião da CTGRHT durante o evento da ABRH em Bento Gonçalves. Após
243 diversas manifestações, concluiu-se que seria necessária a consulta junto aos órgãos e entidades
244 representados pelos membros da câmara quanto à viabilidade financeira da proposta, que será
245 decidida na próxima reunião. Não havendo outros assuntos a serem discutidos, o **Ministro**
246 **Paulino Franco De Carvalho Neto** encerrou a 60ª Reunião da CTGRHT.

247
248
249

250 Ata aprovada na 62ª Reunião da CTGRHT, realizada no dia 18 de dezembro de 2013, na cidade
251 de Brasília-DF.

252

253

Saulo Arantes Ceolin
Presidente

Mirela Garaventa
Relatora

254